

17 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Assim caminha o Judiciário

LUIS FELIPE SALOMÃO

A participação dos juízes de primeira instância na elaboração do orçamento conferirá ao Poder Judiciário maior eficiência e equilíbrio

Recebi com grande satisfação a notícia da escolha do juiz gaúcho João Ricardo dos Santos para a presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros, em votação direta de quase 10 mil juízes associados, encabeçando a chapa da oposição ao lado de valerosos magistrados da nova geração.

Além da grande festa democrática, sua eleição me fez recobrar a fé na força do movimento associativo, afastando de vez a névoa do imobilismo e corporativismo que rondavam a magistratura.

De fato, porque é vedado aos juízes a criação de sindicatos, as associações de magistrados têm papel relevante. Preocupam-se com o funcionamento do Poder Judiciário e a democratização do acesso à Justiça, lutam contra a desigualdade social, na exata medida em que o processo judicial pode ser utilizado como instrumento para minimizá-la.

Ao buscarem melhores condições de trabalho para os juízes, as associações reforçam a possibilidade de prestar jurisdição com eficiência. Postulando um Judiciário independente, permitem maior efetividade aos direitos e garantias constitucionais dos cidadãos.

A independência dos juízes é vital para a sociedade brasileira moderna, que reinicia a caminhada democrática, reconstruindo suas instituições dilaceradas pelo arbítrio. A população deve contar com magistrados independentes, para arrostar a eventual pressão da máquina estatal ou o poderio dos grupos econômicos.

No Brasil, desde a primeira Constituição republicana de 1891, os juízes gozam das principais garantias, como a vitaliciedade e irredutibilidade de vencimentos, o que coloca o Poder Judiciário brasileiro em num

estágio avançado em relação aos vizinhos latino-americanos. Além, evidentemente, de o recrutamento para a carreira ocorrer, em regra, pelo concurso público, e o nosso modelo de corte suprema ser baseado no norte-americano.

Contudo, temos muito ainda a caminhar. Uma das questões atuais mais relevantes é que os juízes de primeiro grau, ao lado de outros atores, querem participar da elaboração da proposta orçamentária do Poder Judiciário.

Vale lembrar a sempre atual advertência de Calamandrei: “Não é honesto refugiar-se atrás da cômoda frase feita de quem diz que a magistratura é superior a toda crítica e a toda suspeita: como se os magistrados fossem criaturas sobre-humanas, não tocados pela miséria dessa terra, e por isso intangíveis. Quem se satisfaz com estas vãs adulações ofende a seriedade da magistratura: a qual não se honra adulando-a, mas ajudando-a, sinceramente, a estar à altura de sua missão”.

Um dos pontos centrais para melhorar o funcionamento da máquina relacionada ao Poder Judiciário é resgatar a estrutura adequada na primeira instância. É a porta de entrada das mais de 28 milhões de novas ações anuais que entopem a máquina, tomando como base o número de 2012, e justamente são essas as unidades que menos recursos financeiros recebem.

A participação ordenada, transparente e qualificada de todos os magistrados na elaboração da proposta orçamentária por certo lhe conferirá maior teor de aptidão para responder aos reptos do novo século, em matéria de eficiência no desempenho da jurisdição, afastando a concentração de poderes e su-

perando a compartimentação que caracterizam a cultura administrativa da elaboração orçamentária.

Uma vez implantada essa medida salutar — o que poderá ocorrer pela via do Conselho Nacional de Justiça —, será mais um encargo, entre tantos outros que integram o cotidiano do juiz. Afinal, essa é a responsabilidade do Poder Judiciário, a que decerto corresponderão a vocação e o compromisso a que a toga conclama.

LUIS FELIPE SALOMÃO, 50, é ministro do Superior Tribunal de Justiça

17 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

STF extrapola seu papel, diz presidente da Câmara

Para Alves, decisão sobre financiamento eleitoral compete ao Congresso

Senadores e deputados já planejam resposta ao Supremo; mudança pode favorecer Dilma Rousseff nas eleições

O presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN), afirmou ontem que, “sem dúvidas”, o STF (Supremo Tribunal Federal) está extrapolando suas atribuições e tomando o lugar do Congresso ao votar a legalidade da doação de empresas para campanhas eleitorais.

Henrique Alves diz discutir com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e líderes partidários uma reação do Congresso.

Na semana passada, quatro dos 11 ministros do Supremo consideraram que as doações de empresas — principais financiadoras de candidatos — são inconstitucionais e devem ser proibidas.

O julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Teori Zavascki.

“Vamos discutir com Renan e líderes procedimentos, mas vamos aguardar uma decisão do Supremo, já que houve o pedido de vista”, afirmou o presidente da Câmara.

Segundo o peemedebista,

em abril, a Câmara deve analisar uma proposta de reforma política, que trata, entre outros, do tema das doações.

Apesar da crítica, o presidente da Câmara disse apostar num entendimento entre os Poderes.

“Como o diálogo entre os Poderes é essencial à democracia tenho certeza de que as prerrogativas constitucionais serão respeitadas.”

De acordo com ministros ouvidos pela **Folha**, a expectativa é que prevaleça a posição de que empresas não possam bancar campanhas.

DOAÇÃO A PARTIDOS

Deputados e senadores já discutem uma resposta ao STF. Uma opção é aprovar uma emenda à Constituição que defina regras específicas para doações.

Os termos da emenda ainda não foram definidos, pois o tema divide os partidos.

Mas a alternativa que ganha força no Congresso é liberar as doações de empresas somente aos partidos — e não mais aos candidatos, como permite a lei hoje.

A ideia é capitaneada por líderes do PMDB, maior partido da Câmara e do Senado.

Mas a tese de doações direcionadas apenas para as legendas não tem respaldo de

ministros do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), nem do Ministério Público Eleitoral.

PLANALTO

Já o PT, partido da presidente Dilma Rousseff, defende o modelo de financiamento público exclusivo, modelo que poderia ser adotado caso o STF vote contra as doações de empresas.

No Planalto, há posições diferentes sobre qual seria o melhor encaminhamento sobre o tema pelo STF.

Um grupo avalia que o voto ao patrocínio empresarial é positivo para Dilma, porque dá uma resposta às ruas após os protestos de junho e também beneficiaria candidatos mais conhecidos.

Outra ala do governo prefere que o Congresso delibere sobre o assunto, vindo a proibição do STF como retrocesso na legislação eleitoral.

17 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Mesmo afastado do TJ-SP, desembargador terá salário integral

Arthur Del Guércio Filho é acusado de pedir dinheiro a advogados em processos da corte

O presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Joaquim Barbosa, determinou que o TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) mantivesse o pagamento integral do salário de um desembargador investigado pela corte.

Arthur Del Guércio Filho é acusado de pedir dinheiro a advogados interessados em processos nos quais ele atuou. Ele teve o salário reduzido em 2012 por ordem do TJ-SP e foi afastado do cargo em abril deste ano. O magistrado, que atuava na 15ª Câmara de Direito Público, também responde a processo administrativo no CNJ.

No início deste mês, Barbosa acatou um pedido da defesa de Del Guércio e determinou o pagamento integral de seus vencimentos.

Ao analisar o recurso, Barbosa —que também preside o Supremo Tribunal Federal— evocou resolução do CNJ que diz que o pagamento integral do subsídio do magistrado deve ser assegurado mesmo se estiver respondendo a processo administrativo.

Del Guércio começou a ser

investigado após denúncia do advogado Nagashi Furukawa, juiz aposentado e ex-secretário da Administração Penitenciária de São Paulo. Segundo Furukawa, Del Guércio lhe pediu que enviasse a seu gabinete um advogado para conversar sobre um recurso em exame no tribunal.

Fabiane Furukawa, sobrinha do advogado, foi enviada ao gabinete do desembargador. Segundo ela, Del Guércio disse que precisava quitar um empréstimo contraído para financiar a reforma de sua casa. Em seguida, anotou o valor de R\$ 35 mil num papel e mostrou-o à advogada.

Del Guércio teria sugerido que ela discutisse o assunto com seu cliente e desse uma resposta no dia seguinte —ela afirma ter negado a proposta.

Além disso, de acordo com Fabiane, ele teria dito: “Não estou vinculando [a entrega do dinheiro] à decisão no processo, mas ficaria muito grato se puder me ajudar”.

A defesa de Del Guércio nega as acusações. O advogado dele, José Luis Oliveira Lima, afirma que houve violação ao direito de defesa no processo que corre no TJ-SP.

17 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Eliana Calmon, do STJ, anuncia filiação ao PSB

Ex-corregedora do CNJ distribui convites para cerimônia na quinta-feira, em Salvador

Um convite —já no formato de santinho— para a cerimônia de filiação da ministra do Superior Tribunal de Justiça Eliana Calmon ao PSB está chegando nas caixas de e-mails de seus colegas do Judiciário, advogados e amigos.

Ela se filiara ao partido de Eduardo Campos nesta quinta-feira numa casa de eventos em Salvador (BA). Será candidata ao Senado.

Calmon, que ganhou notoriedade em 1999 quando se tornou a primeira mulher a ingressar no STJ, voltou aos holofotes em 2010 como corregedora nacional de Justiça.

No CNJ (Conselho Nacional

de Justiça) acusou a existência de bandidos de toga e abriu uma crise no Judiciário.

Parte da magistratura defendeu sua atuação e parte a criticou por ser generalista e não apontar os nomes dos tais bandidos. Considerada linha dura nos processos disciplinares contra juizes, Calmon entrará no PSB um dia após sua aposentadoria do STJ, marcada para amanhã.

Como está nos seus últimos dias no cargo de ministra, Calmon ainda evita falar sobre seu futuro político. “Há muita gente zangada comigo pelo período que passei na corregedoria, por isso estou me reservando e só falarei sobre política a partir de quinta.”

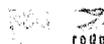


No alto, Eliana Calmon; acima, convite para a solenidade

Convite para a cerimônia de filiação da ministra Eliana Calmon ao PSB, realizada em Salvador (BA) nesta quinta-feira (12). O convite é distribuído para os membros do CNJ e para os membros do Poder Judiciário.

A cerimônia será realizada às 19h30, na casa de eventos da Rua ...

Organizado pelo PSB em parceria com o CNJ.



FOLHA DE S. PAULO

O caixa do STF

JANIO DE FREITAS

O STF criou um caixa 2 de beneficiários — ministros, servidores e dependentes não contabilizados

17 DEZ 2013

AINDA QUE os ministros Joaquim Barbosa e Rosa Weber já tenham feito a correção, não basta uma explicação insatisfatória para anular a gravidade do aumento fictício de beneficiários do plano de saúde do Supremo Tribunal Federal, para receber maiores verbas federais.

O número de beneficiários aumentado em cerca de 50% resultou no aumento das verbas recebidas pelo STF, ao menos nos últimos três anos, também em cerca de 50%. Ou em torno de R\$ 15 milhões anuais, que deveriam ficar apenas entre R\$ 9,4 e R\$ 10,7 milhões.

A explicação dada pelo STF ao repórter Vinicius Sassine, que publicou os valores no "Globo", é de que o número de beneficiários baseou-se em "expectativas futuras" de casamentos, nascimentos e outros dependentes, além de nomeações. Mas aumento desse total de pessoas em 50% a cada 12 meses, ano após ano?

Sem duvidar do prestígio de que a heterossexualidade ainda desfruta no STF, que assim seria um bastião entre os derradeiros, por isso mesmo a criação fictícia de maridos e mulheres, filhos e enteados, até de sogras, adquire aspecto fraudulento com o ganho para os servidores contribuintes do plano: os 50% de aumento indevido das verbas federais diminuíram os ônus dos ministros e servidores do STF em relação ao déficit declarado do STF-Med. Fosse evitando-lhes contribuição maior, fosse reprimindo os gastos de assistência.

A verba orçamentária era propor-

cional ao número indicado de beneficiários. O STF criou, portanto, um caixa dois de beneficiários. Como diria Delúbio Soares, são ministros, servidores e dependentes não contabilizados.

PARA PIOR

Partidos com posições contraditórias em seus apoios estaduais, aliando-se a tal partido em um Estado e em outro o combatendo, tornou-se comum na bagunça política brasileira. O que fazem Marina Silva e Eduardo Campos é diferente. Vai além. Ambos previvem que, em vários estados, um pedaço do seu PSB estará brigando com o outro, cada qual apoiando um candidato a governador contrário ao do outro.

Eduardo Campos, a rigor, não criou nem tem como evitar a independência do grupo de Marina Silva no PSB, por ela proclamada, e pronto. Mas, para quem fala em "fazer mais" e em "nova maneira de fazer política", poderiam ao menos não piorar o que já ruim.

OMISSÃO

O Chile estreou sua inovação eleitoral, com a não obrigatoriedade do voto. O que muitos propõem aqui, dando-se agora por apoiados em pesquisa do Ibope indicando 54% de disposições de ir às urnas mesmo sem obrigação. No Chile também houve indicações nesse sentido. E a abstenção elevou-se a 53%.

A legitimidade da vitória de Michelle Bachelet está salva por sua grande vantagem sobre a adversá-

ria Evelyn Matthei (que som apropriado, o desse sobrenome, para a filha de um elevado militar de Pinochet). Mas a tendência à abstenção alta onde a votação é voluntária, veja-se também os Estados Unidos, contém sempre um risco de problemas institucionais, quando os totais dos candidatos são próximos e a baixa presença do eleitorado põe em dúvida a sua representatividade. O que deu certo no Chile não foi a dispensa do voto obrigatório.

17 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Dilma recebe cúpula do Congresso e do STF para confraternização

Presidente um dos últimos eventos de articulação política do ano

Em clima de encerramento dos trabalhos do ano, o Palácio da Alvorada, residência oficial da presidente Dilma Rousseff, abrigaria na noite de ontem a cúpula dos três Poderes e mais algumas dezenas de convidados em uma festa de confraternização.

Dilma convidou para o evento seus ministros, os presidentes da Câmara e do Senado, líderes das bancadas governistas no Congresso, além dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal).

A Folha apurou que a intenção inicial da presidente era chamar apenas os ministros e os presidentes dos três Poderes, mas resolveu ampliar o rol de convidados com o objetivo de evitar constrangimentos com a presença apenas de Joaquim Barbosa, presidente do STF.

Relator do processo do mensalão, o ministro patrocinou nos últimos tempos embates com o Congresso devido, principalmente, à indefinição sobre quem daria a palavra final sobre o mandato dos deputados condenados — se seria o Judiciário ou a se seria a Câmara.

O encontro estava previsto para ter início às 19h30 e deve ser um dos últimos eventos da articulação política feito pelo governo no ano.

Dilma deverá passar o Natal em Brasília, sem compromissos oficiais. A presidente deve ir para a Base Naval de Aratu, na Bahia, no próximo dia 27, onde deve passar o Ano Novo. O local já foi usado pela presidente para outros períodos de descanso, como o Carnaval deste ano e as férias de 2011.

17 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

RITO ETERNO

A proibição de que empresas possam contribuir financeiramente com candidatos às eleições pode não vingar no STF (Supremo Tribunal Federal). Mesmo com maioria praticamente garantida de apoio entre os 11 ministros, a proposta corre o risco de ser adiada por tempo indeterminado.

CALENDÁRIO

O freio deve ser acionado a partir de um novo pedido de vista de um dos ministros contrários à ideia. A votação iria então para “as calendas”, de acordo com magistrado ouvido pela coluna.

CALENDÁRIO 2

Teori Zavascki, o primeiro a pedir vista, pode devolver o processo em breve. Outros dois ministros devem apoiar, na sequência, a proibição de empresas financiarem eleições: Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski —que tem dúvidas, mas tende a concordar com o veto. Com isso, estaria formada a maioria. Um novo pedido de vista impediria a proclamação do resultado, que só pode ser oficializado depois que os 11 magistrados votarem.

PAINEL DO LEITOR

Código de Processo Civil

Parabenizo a *Folha* pelo editorial “Acelerar os processos” (“Opinião”, 15/12). Como primeiro relator do novo Código de Processo Civil na Câmara, concordo com o ponto de vista esposado quanto ao fim do efeito suspensivo da sentença de primeiro grau. Assim escrevi no meu relatório, posteriormente modificado pela maioria da Comissão que analisou o projeto.

O sistema atual protege quem, via de regra, não tem razão. Quem compra um produto defeituoso não vai inicialmente ao Judiciário, mas tenta uma negociação. Depois de esgotada tal possibilidade é que se recorre ao Judiciário, que permite, através da suspensão dos efeitos da sentença e de seus inúmeros recursos, que se puna aquele que busca a justiça em detrimento daquele que a usa para protelar o direito alheio.

SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO (Salvador, BA)

Adendo interessante na redação do novo Código de Processo Civil seria o de dispositivo que obrigasse o perdedor a depositar em juízo a quantia discutida, caso queira entrar com recurso. Acredito que findariam aí 99% dos recursos meramente protelatórios. Frise-se que a medida valeria para todos, inclusive e principalmente para o poder público.

SÉRGIO FERREIRA DE AZEVEDO, advogado (Sete Lagoas, MG)

PAINEL

Não é... A Ordem dos Advogados do Brasil tomou ciência ontem de resposta do presidente do Tribunal de Justiça do DF, Dácio Vieira, ao Conselho Nacional de Justiça no pedido de providências contra Joaquim Barbosa por ter afastado o juiz da execução penal do mensalão, Ademar Vasconcelos.

...comigo Vieira encaminhou a Ana Maria Amarante, relatora do caso, nota dizendo que não houve exclusão de “qualquer magistrado ali lotado para a prática de atos processuais”. A OAB pedirá que o juiz seja ouvido.

17 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Assembleia aprova reajuste de taxa para reequipar o Judiciário

Depois de acordo costurado por deputados com o TJ, contribuição ao Funrejus vai ser maior apenas para venda de imóveis negociados por valores a partir de R\$ 409 mil

Guilherme Voitch e

Euclides Lucas Garcia

▶ A Assembleia Legislativa do Paraná aprovou ontem o projeto de lei que reajusta a taxa do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus) cobrada nos cartórios. A proposta — construída em um acordo entre Legislativo e Judiciário, depois de muita pressão de entidades da sociedade civil —, mantém a alíquota de 0,2% cobrada sobre o valor dos imóveis vendidos, mas fixa um teto maior para a cobrança — de R\$ 817,80 para R\$ 1.822,88. A medida vai atingir imóveis negociados atualmente em valores a partir de R\$ 409 mil.

Pelo projeto original, enviado à Assembleia no fim do ano passado, haveria um reajuste de 50% a alíquota, que saltaria de 0,2% para 0,3% do valor de imóveis e de outros serviços de cartórios sobre os quais incide a taxa do

Funrejus. Assim, ao comprar um imóvel no valor de R\$ 100 mil, por exemplo, o contribuinte passaria a pagar R\$ 300 — em vez dos R\$ 200 cobrados atualmente.

O aumento, porém, foi considerado abusivo por deputados e representantes de diversas entidades, como a Associação Comercial do Paraná (ACP) e a seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR). Em meio ao imbróglio, o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), reuniu-se por várias vezes com o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), desembargador Guilherme Luiz Gomes, e com representantes das entidades para desenhar o texto aprovado ontem.

“Baixo impacto”

Cálculos do TJ indicam que os novos valores terão “baixo impacto social” por afetar somente 6% da compra e venda de imóveis — além disso, a taxa do Funrejus não incidirá mais sobre os demais serviços. “Apenas os atos de maior valor estarão sujeitos à adequação do teto ora proposto, permanecendo sem qualquer reajuste aqueles atos praticados pelas classes de menor poder aquisitivo da sociedade paranaense”, diz o TJ na justificativa do projeto. Aos deputados, o presidente da Corte informou que a arrecadação do Funrejus vai crescer em torno de R\$ 10 milhões.

Os recursos da taxa do Funrejus não permanecem com os cartórios — que, no papel de intermediários, repassam os valores ao TJ. Em alguns serviços, a taxa é cobrada pelos cartórios e depois repassada ao tribunal; em outros o contribuinte retira a guia e paga diretamente no banco.

Criado em 1998, o fundo custeia despesas do Judiciário como a compra de equipamentos e a construção ou reforma de edifícios. E é justamente essa a justificativa do TJ para defender o aumento dos valores. Segundo o tribunal, para 2014 foram consignados R\$ 93 milhões para investimentos em obras. Mesmo assim, segundo o TJ, muitas comarcas não foram contempladas nesse projeto de aplicação de recursos.

R\$ 10
MILHÕES

será a arrecadação extra do TJ com o reajuste da taxa do Funrejus.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

ADIADO

Projeto que aumenta custos dos cartórios em 11,45% será votado hoje

O projeto de lei que reajusta as taxas dos cartórios estava na pauta de ontem da Assembleia Legislativa, mas a votação foi adiada por uma sessão. A proposta deve voltar ao plenário hoje. O projeto eleva em 11,45% as custas cobradas pelos cartórios no Paraná e permite que o Tribunal de Justiça (TJ) passe a reajustar as custas anualmente, de forma automática, com base na inflação.

Um requerimento apresentado pelo deputado Francisco Bühner (PSDB), assinado por 18 parlamentares, retirou o projeto da pauta. Segundo Bühner, havia o entendimento de que o projeto precisava ser melhor discutido.

A iniciativa foi criticada pelo deputado Nereu Moura (PMDB). "Temos de decidir. Já faz um ano que esta matéria está aqui. Interessa ao Judiciário que a Assembleia cumpra o seu papel constitucional, que vote a favor ou contra, mas que decida. Não podemos mais enrolar o Judiciário."

No fim de 2012, o TJ enviou um projeto de lei à Assembleia para aumentar todas as custas em 18,15%. A proposta gerou forte reação da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) e de outras entidades.

À época, a proposta estava na pauta da Assembleia, mas um pedido de vista, apresentado pelo líder do governo na Casa, o deputado Ademar Traiano (PSDB), adiou a votação. Outros deputados também apresentaram objeções à proposta, que não foi adiante.

Agora, o projeto volta a dividir opiniões. Sem reajuste na tabela desde 2010, os valores atualmente cobrados são considerados insuficientes pelo Judiciário e pelos cartórios. Por outro lado, entidades do setor produtivo e a OAB são contrárias ao aumento. (GV E ELG)

17 DEZ 2013

GAZETA DO POVO



Sede do Tribunal de Justiça: dinheiro financiará construção de prédios do Judiciário.

17 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

TJ autoriza uso da verba do Detran na segurança e em obras nas estradas

271%

**Justiça autoriza
governo a usar
taxas do Detran
para a segurança**

Estimativa é que o governo do Paraná tenha um adicional de R\$ 350 milhões por ano à disposição para os dois setores

Katna Baran

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) cassou ontem a liminar que proibia o governo do estado de destinar parte das taxas do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) para o Fundo Estadual de Segurança Pública (Funesp) e para o Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Com a decisão, o governo poderá destinar verbas do Detran para manutenção de rodovias e para o combate à criminalidade. No ano passado, a estimativa era de que o valor que poderia ser redirecionado do Detran para as

foi o reajuste de algumas taxas do Detran no chamado "tarifaço", aprovado pela Assembleia em 2011. O índice do reajuste, que também é questionado, não foi apreciado pelo TJ.

estradas e à segurança era de R\$ 350 milhões anuais.

A decisão foi proferida durante julgamento de recurso do governo do estado sobre uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) formulada por deputados estaduais da oposição, que contestavam a legalidade do "tarifaço" do Detran, aprovado em 2011 pela Assembleia e que previa a destinação do recurso para rodovias e segurança.

O relator do processo no TJ, desembargador Miguel Pessoa Filho, alegou que os serviços de segurança e manutenção são interligados às atividades do Detran. "Além disso, o repasse não está sendo fixado sobre o valor das taxas, mas sobre o excedente da arrecadação", disse.

O relator e os demais magistrados, porém, votaram contra a manutenção do repasse de 10% das taxas

do Detran para o Instituto de Assistência ao Menor Infrator, com a alegação de que a entidade não estaria vinculada às atividades do departamento. Os desembargadores também determinaram a inconstitucionalidade de outro trecho da lei: a que prevê que o governo possa destinar verbas do Detran para qualquer outro fim por meio de decreto.

A desembargadora Regina Portes foi uma das críticas a esse trecho da lei. "É um verdadeiro cheque em branco para o governo do estado fazer o que quiser com a verba", alegou a desembargadora. Ela também votou pela inconstitucionalidade de toda a lei, acompanhando o antigo relator da ação, desembargador Antonio Martellozzo. Mas eles acabaram vencidos pelos demais desembargadores.

CONTINUA

17 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

ENTENDA O CASO

Confira a origem e o desenrolar da polêmica envolvendo o aumento das taxas do Detran. Desde 2001, o caso envolve polêmicas entre governo do estado, Assembleia e a Justiça.

CONTINUAÇÃO

Reajuste

Os desembargadores ainda não julgaram, porém, a contestação sobre o reajuste de até 271% nas taxas, em vigor desde fevereiro de 2012. Na ação, os deputados alegam que o índice foi abusivo. Na ocasião, o governador Beto Richa (PSDB) justificou a destinação de verbas ao Funesp como uma necessidade para aprimorar o combate ao crime. Ele sustentou também que havia defasagem no valor das taxas, que não eram reajustadas desde 1994.

2011

31 de outubro – O governador Beto Richa encaminha para a Assembleia projeto propondo o reajuste de até 500% nas taxas do Detran. Uma das justificativas é de que o aumento seria parcialmente destinado a ações de segurança.

8 de novembro –

Assembleia aprova tarifaço. Um dia depois, o governo propõe e aprova emendas ao projeto reajustando as taxas em até 271%.

10 de novembro – Richa sanciona lei do tarifaço.

23 de novembro –

Deputados de oposição entram na Justiça para suspender efeitos da lei. Uma das alegações é de que a destinação do dinheiro das taxas para a segurança é ilegal.

2012

9 de fevereiro – As novas taxas do Detran começam a vigorar.

14 de fevereiro –

Liminar do TJ suspende os efeitos da lei.

2013

16 de dezembro – TJ autoriza a destinação de recursos do Detran para a segurança e para estradas.

17 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Reinaldo
Bessa

Reunião de cúpula

A Associação dos Procuradores do Estado do Paraná (Apep) oferece jantar de confraternização hoje para o governador Beto Richa, o presidente do Tribunal de Justiça, Guilherme Luiz Gomes, e o presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni. Os três serão homenageados por algumas conquistas obtidas pela classe em 2013, como a fixação de subsídios e a aquisição da sede própria da Procuradoria-Geral do Estado, o prédio do ex-hotel Crowne Plaza, na Rua Presidente Carlos Cavalcanti.

GAZETA DO POVO

FERNANDO GANEM

ROGÉRIO RIBAS

17 DEZ 2013

Os inconformados.

Ah, os inconformados

ARTIGO

FERNANDO GANEM, Juiz de Direito e presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar); Rogério Ribas, Juiz de Direito e diretor de Comunicação Social da Amapar.

A Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), que congrega juízes e desembargadores do estado do Paraná, repudia veementemente as grosseiras e genéricas críticas lançadas no artigo "Juízes. Ah, os juízes", de Regina Kracik Teixeira, publicado na **Gazeta do Povo** de 15 de dezembro. A autora do artigo não esconde que tem pouco conhecimento da atuação do Poder Judiciário e dos seus juízes, pois menciona apenas demandas familiares pendentes de decisão judicial.

Todavia, ao despejar sua ira sobre a classe dos magistrados, e de forma generalizada, esquece que o Tribunal de Justiça do Paraná é o primeiro em combate à corrupção e à impunidade, enquanto a nossa Justiça de primeiro grau ocupa a segunda colocação no país em quantidade de julgamentos de ações pendentes no ano anterior.

Ou seja, a autora do artigo, jornalista e pessoa esclarecida, destila, sem conhecimento, a sua raiva contra o nosso Tribunal, que é exemplo em várias ações judicantes, sem contar as obras de responsabilidade social executadas pelos juízes paranaenses, como os projetos premiados Justiça se Aprende na Escola, Grão

de Mostarda (cujas autoras, a juíza Isabele Papafanurakis, receberá das mãos do governador o Prêmio Ordem do Pinheiro), Combate à Evasão Escolar e o consagrado Justiça no Bairro, tão bem coordenado pela desembargadora Joeci Machado Camargo.

Para os desvios de conduta do magistrado, há órgãos previamente criados para combater e solucionar esses problemas. Em nosso estado há a Corregedoria-Geral da Justiça e a Ouvidoria do Tribunal de Justiça, sempre abertos a receber reclamações e também elogios em relação aos atos praticados pelos magistrados e servidores do Judiciário. Em Brasília, o cidadão ainda conta com o Conselho Nacional de Justiça, que recebe denúncias via internet e toma providências saneadoras em conjunto com as Corregedorias locais.

Lógico, qualquer declaração a esmo, sem determinação da identidade, pontuando fatos como se fossem eles comuns no Judiciário, e ainda, o que é pior, sem qualquer reclamação perante os órgãos de fiscalização competentes é, no mínimo, leviana.

Conquanto a autora do artigo diz respeitar os bons juízes, ainda assim propala seu tom generalizante, citando casos sem nomes e denegrindo o bom nome, a honra, a dignidade e a imagem de todos os juízes do estado, até aqueles bons que diz respeitar. Isso é inadmissível, pois a crítica pessoal, de mágoas em causa própria, não constrói nada de bom. Só destila a irrisignação que deve ser alvo de atuação do advogado da parte, não de desabafos pela imprensa, que não mudam nada.

Menciona a autora do artigo que agendou visita a um juiz para discutir a demora de um processo, mesmo não sendo advogada. E queria ser atendida? E a outra parte? Ora, juízes não atendem partes em reuniões exclusivas, como se fossem combinar alguma coisa. Isso não seria simplesmente "medíocre", como exposto no artigo. Seria desleal e antiético, além de descaso ao princípio da imparcialidade, para dizer pouco.

Dizem que o juiz só acerta quando sua decisão descontenta ambas as partes. Mas isso é do sistema. O juiz decide, e para tanto contraria os interesses das partes. Os que perdem não costumam aceitar, e recorrem. Mas chegará um dia em que, se não tiverem mesmo razão, perderão de modo definitivo. E aí não restará mais nada a não ser reclamar e falar mal do juiz da causa. O que não lhes dará o direito que nunca tiveram!

A Amapar lamenta que a autora do artigo tenha procurado a imprensa para despejar seu inconformismo com casos supostamente pontuais, sem se utilizar dos caminhos legais para expor suas queixas. Esse tipo de atitude, embora tendente a desacreditar o Poder Judiciário, em nada acrescenta para a sociedade, muito menos para o inconformado que foi, isolado, bradar aos ventos.

17 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA ELEITORAL

Liminar mantém Edgar Bueno na prefeitura de Cascavel

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE), desembargador Rogério Coelho, concedeu ontem ao prefeito de Cascavel, Edgar Bueno (PDT), o direito de permanecer no cargo enquanto recorre de sua cassação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Com a decisão, o deputado estadual Prof. Lemos (PT), segundo colocado na eleição do ano passado, não poderá assumir a prefeitura da cidade, no Oeste do Paraná.

Na semana passada, o pleno do TRE havia confirmado a sentença que, em 12 de novembro, cassou o mandato do prefeito e de seu vice, Maurício Theodoro (PSDB), abrindo a possibilidade de Lemos assumir. Bueno e Theodoro são acusados de fraude nas eleições do ano passado.

A liminar mantém o prefeito e o vice em seus cargos enquanto o TSE não julgar o recurso deles contra a cassação. A expectativa da defesa do prefeito é de que o processo só seja julgado em Brasília em janeiro.

JANEIRO

A expectativa é de que o recurso de Edgar Bueno no TSE só seja julgado no início de 2014. Enquanto isso, ele fica na prefeitura.

Propaganda ilegal

Edgar Bueno é acusado de fraude eleitoral na ação movida por Lemos, derrotado no segundo turno das eleições. O petista moveu cinco ações diferentes pedindo a cassação de Bueno e, em uma delas, alegou fraude durante o programa eleitoral de Bueno.

O TRE entendeu que a propaganda de Bueno fez uma ilação sobre a compra de uma casa por Lemos em Cascavel, o que acabou configurando a fraude. O programa eleitoral que gerou todo o imbróglio judicial teve dez minutos de duração na semana que antecedeu o segundo turno das eleições. Nele, a coligação de Bueno apresentava Lemos como um "forasteiro" que morava em Curitiba havia 15 anos.

Lemos ganhou direito de resposta no programa eleitoral, mas não viu prosperar sua ação. No programa eleitoral de rádio e TV, Bueno acusou Lemos de ter residência fixa em Curitiba e forjar a compra de um apartamento para justificar sua candidatura em Cascavel.

17 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Gaeco rebate críticas sobre prisão de delegado

Promotores dizem que detenção de ex-chefe da Polícia Civil foi embasada em provas consistentes e teve respaldo da Justiça

Diego Ribeiro e Felipe Anibal

Quatro promotores do Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público, defenderam ontem, em coletiva à imprensa, a operação que resultou na prisão de Marcus Vinícius Michelotto, ex-delegado-geral da Polícia Civil do Paraná. Ele e mais 12 pessoas foram detidas na última terça-feira acusados de envolvimento com a exploração de jogos de azar em Curitiba.

Sem poder dar muitos detalhes devido ao segredo de Justiça no caso, eles afirmam que a investigação é consistente, tanto que já passou pelo crivo do juízo de primeiro grau, que concedeu as prisões temporárias e os mandados de busca. "As prisões expedidas estavam baseadas em elementos de provas", afirmou o coordenador do Gaeco de Curitiba, Denílson Soares de Almeida.

O caso também já passou por avaliação prévia do Tribunal de Justiça, quando um desembargador negou, na semana passada, um pedido de habeas corpus ao ex-delega-

do-geral. No despacho, o magistrado deixou claro que há fortes indícios de crime.

De acordo com Almeida, os pedidos de prisão foram feitos no dia 8 de novembro. A Justiça ficou com os pedidos por quase um mês analisando os fatos e acabou expedindo as prisões no último dia 4, mas a documentação chegou apenas na tarde do dia seguinte. Os policiais foram presos no último dia 10. Segundo o promotor André Glitz, entre o início da investigação e a operação final, os promotores fizeram vários requerimentos e medidas que acabaram baseando as prisões. "É uma questão técnica e não aleatória.

Liberdade

Michelotto foi solto na madrugada de domingo, beneficiado pelo fim do prazo da prisão temporária. A Justiça negou o pedido de prorrogação das prisões dele e do delegado Geraldo Celezinki feito pelo Gaeco. "Surgiu um acontecimento que justificou o pedido de prorrogação de alguns dos investigados", disse Glitz, sem detalhar que fato foi esse. Procurado por diversas vezes, pela sua assessoria de imprensa e pelo seu advogado, Michelotto não quis, até o momento, conversar com a reportagem da Gazeta do Povo.

17 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

➤ ESTELIONATO

Cartomante paga fiança de R\$ 50 mil

Ellen Miecoanski

| A cartomante Danielle Gaich Nicolitz, investigada por aplicar supostos golpes nos quais pedia grandes somas de dinheiro em troca de trabalhos espirituais, foi solta ontem, em Curitiba, após pagar uma fiança de R\$ 50 mil. Ela havia sido presa no dia 19 de novembro junto com outras duas pessoas — o marido, Carlos Eduardo Ivanovitch Júnior, que foi solto na última sexta-feira, e o presidente do Conselho Mediúnico do Brasil (Cebras), Dorival Simões, que está solto desde 21 de novembro.

Tanto a cartomante quanto o marido irão responder em liberdade pelos crimes de estelionato e formação de quadrilha. Eles foram soltos após a Justiça acatar o pedido da defesa para arbitrar a fiança. “Nós vamos provar que ela não usou de ardil nenhum. São consultas espirituais. Ela não obrigou ninguém com violência ou grave ameaça a dar alguma coisa a ela. Só praticou o que a tradição cigana faz. Leu a sorte, consultou espiritualmente, aconselhou”, afirma o advogado da suspeita, Cláudio Dalledone. As investigações apontam que as vítimas foram lesadas em mais de R\$ 1,3 milhão.

GAZETA DO POVO

**Cristovão
Tezza**

Prisões suecas

17 DEZ 2013

Li recentemente que a Suécia fechou quatro presídios, por falta de presos. É a tal coisa: falta de planejamento. Fizeram um monte de cadeias, na pressa de resolver o momento presente, e não pensaram no futuro. Agora estão lá, gastando manutenção com prisão vazia. Ficam imaginando o que devem fazer com as penitenciárias inúteis — talvez transformá-las em centros culturais, museus, ou transferir para alguma repartição pública necessitada de espaço.

Como livre pensar é só pensar — dizia Millôr —, matei se não seria uma boa ideia o Brasil arrendar as cadeias suecas. À primeira vista, parece uma solução maravilhosa para nós e para eles. O Brasil resolveria imediatamente a desgraça da superlotação carcerária, esse filme de horror que passa todos os dias e noites nas prisões, complexos penitenciários e delegacias brasileiras. Seria um alívio para todo mundo, e a polícia, em vez de cuidar de preso miúdo, poderia, enfim, se dedicar a resolver a pilha interminável de homicídios sem solução. E, para a Suécia, a importação de presos brasileiros — de maneira oficial, organizada, e não apenas com os fujões esporádicos, de colarinho branco, que aparecem na Europa — daria um destino digno aos prédios ociosos, ajudando a resolver os problemas penais do Terceiro Mundo, num exemplo de solidariedade global.

Não é só isso. Que preso vai reclamar de uma cadeia sueca? Eu já vi muito filme policial nórdico — sempre que aparece um preso, e lá provavelmente há mais presos nos filmes que na vida real, dá para perceber que a coisa é fina, celas com bom acabamento, refeições balanceadas, corredores impecáveis. Além disso, o banho de sol, nos cinco meses em que há sol na Suécia, é respeitado. Isso para ninguém reclamar — já que o Brasil só consegue tratar seus presos pobres como gado, exportá-los para a Suécia seria uma solução digna. Tortura em cadeia, na Escandinávia, nem pensar, o que acalmaria as comissões de direitos humanos.

Será que haveria uma reação nacionalista no Congresso? Tipo “A Prisão-brás é nossa!” Acho que não. A maior alegria de brasileiro, mesmo entre os que vivem soltos, é conseguir um passaporte estrangeiro e uma dupla nacionalidade. “Arre, consegui!”, dizem todos, mostrando o livrinho. E os presos já poderiam viajar integrados num programa de assimilação cultural — os europeus são muito sensíveis nessa área.

Para tranquilidade de todos, as prisões suecas já são naturalmente de segurança máxima. É difícil imaginar o pessoal cavando túnel e reaparecendo lá no Ártico como se fosse um quintal de borracharia. A comunicação clandestina com o exterior também não seria tão simples — até pelo preço dos interurbanos para o Brasil. E, depois, ninguém precisa saber de nada. “Fulano foi fazer um curso na Suécia”, diriam os parentes, com um toque de orgulho.

Não sei se daria certo. É só uma ideia.

17 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» DOAÇÕES ELEITORAIS

Supremo está extrapolando, diz presidente da Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), afirmou ontem que “sem dúvidas” o Supremo Tribunal Federal (STF) está extrapolando suas atribuições e tomando o lugar do Congresso ao definir sobre a legalidade de doações de empresas para campanhas eleitorais.

Alves disse que discute com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e líderes partidários uma reação do Congresso. Na semana passada, 4 dos 11 ministros do Supremo consideraram que as doações de empresas — principais financiadoras de candidatos — são inconstitucionais e devem ser proibidas.

O julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Teori Zavascki, o que pode adiar a conclusão do processo para 2014. “Vamos discutir com Renan

e líderes procedimentos, mas vamos aguardar uma decisão do Supremo já que houve o pedido de vista”, afirmou o presidente da Câmara. Questionado se o Supremo, neste caso, está extrapolando e ocupando espaço do Congresso, ele concordou. “Sem dúvidas”, disse.

Segundo o peemedebista, em abril a Câmara deve analisar uma proposta de reforma política, que trata, entre outros, do tema das doações. Apesar da crítica, o presidente da Câmara disse apostar num entendimento entre os Poderes. “Como o diálogo entre os Poderes é essencial à democracia, tenho certeza que prerrogativas constitucionais serão respeitadas”, completou.

Resposta

De acordo com ministros do STF, a expectativa é que, na retomada do julgamento, prevaleça a posição de que empresas não podem bancar as campanhas. Deputados e senadores já discutem uma resposta ao tribunal. Uma das medidas estudadas seria aprovar uma emenda à Constituição definindo regras específicas para as doações — porque consideram que haverá um vácuo caso o STF acate a ação.

INSTRUÇÕES

Os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se reúnem hoje para discutir instruções que vão regulamentar a lei das eleições em temas como pesquisas e crimes eleitorais. O ministro Dias Toffoli, relator das instruções, deve pôr em debate a possibilidade de vetar doações por empresas que façam parte de uma holding, forma de sociedade que administra um grupo de empresas.

Ocultos

NOTA POLÍTICA

À espera da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o pedido de prisão domiciliar, o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) voltou a escrever em seu blog. Desta vez, fala sobre os “amigos ocultos”, pessoas que, segundo ele, o chamam de “um homem de coragem” na intimidade mas, publicamente, referem-se a ele como mensaleiro e delator do esquema do mensalão. “Coisas do Brasil? Não, do ser humano”, escreveu.

17 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Barbosa devolve benefícios a desembargador sob suspeita

O ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), determinou ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) que restabeleça a remuneração completa do desembargador Arthur Del Guércio Filho, afastado das funções desde 3 de abril por suspeita de corrupção e alvo de procedimento disciplinar. Seus benefícios foram cortados em agosto.

“Apenas a instauração do processo administrativo disciplinar não legitima a supressão de quaisquer verbas na remuneração dos magistrados”, disse Barbosa, em decisão de 4 de dezembro, ao acolher reclamação da defesa do desembargador.

Del Guércio está sob investigação da Polícia Federal. A apuração mostra que era hábito seu enviar torpedos por celular para advogados solicitando quantias em dinheiro, até R\$ 35 mil, para votar favoravelmente em causas de seus interesses.

Ao STF a defesa de Del Guércio, sob responsabilidade do advogado Sebastião Botto de Barros Tojal, relatou que a presidência do TJ-SP determinou a suspensão do pagamento de qualquer outro benefício que não aquele necessário para garantir a sua subsistência, por encontrar-se afastado do exercício de suas funções em decorrência de decisão em processo administrativo disciplinar.

Parcial. O TJ-SP informou que apenas suspendeu o pagamento das verbas “abono variável” e “Parcela Autônoma de Equivalência (PAE)”, em razão da suposta prática de atos qualificados como improbidade. Segundo o TJ-SP, tais verbas são

pagas de forma parcelada a todos os magistrados, proporcionalmente a seus vencimentos e de acordo com a disponibilidade orçamentária da corte, “por tratar-se de créditos vultosos”. Del Guércio afirmou que “as verbas que lhe foram suprimidas enquadram-se no conceito de subsídio e não podem ser excluídas, sob pena de ofensa aos atos normativos do CNJ”.

Para Barbosa, “a irresignação (de Del Guércio) merece acolhida”. O ministro considera que “os elementos apresentados (por Del Guércio) e as informações do TJ-SP evidenciam a ocorrência de descumprimento da Resolução 135/CNJ, que dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados”.

Segundo o presidente do STF, o artigo 15 da norma assegura pagamento do subsídio integral ao magistrado afastado durante processo disciplinar. Ele julgou procedente a reclamação para determinar ao presidente do TJ-SP que restabeleça a remuneração de Del Guércio “nos exatos moldes como era paga antes do seu afastamento”. /F.M.

17 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Procurador diz que extras do TJ são legais

Comando do Ministério Público Estadual paulista pede absolvição de desembargadores que tiveram salários turbinados por benefícios

Fausto Macedo

A Procuradoria-Geral de Justiça pediu em parecer de 24 páginas absolvição em processo disciplinar de 3 desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo – Alceu Penteadó Navarro, Fábio Monteiro Gouvêa e Tarcísio Ferreira Vianna Cotrim – que, em 2010, receberam créditos extraordinários antecipados que somaram R\$ 1,98 milhão, afóra os vencimentos.

O mesmo documento pede extinção do procedimento administrativo em relação a um quarto desembargador, Roberto Antonio Vallim Bellocchi, que presidiu a corte entre 2008 e 2009 e, durante sua gestão, recebeu R\$ 1,44 milhão, mais os subsídios mensais.

A rotina dos pagamentos milionários foi descoberta no início de 2012 e transformou-se em um escândalo sem precedentes na corte paulista. Um quinto desembargador, Antonio Carlos Vianna Santos, que presidiu o tribunal em 2010, recebeu R\$ 1,26 milhão, a maior parte em seu próprio mandato. Ele morreu em janeiro de 2011.

A Procuradoria concluiu que os créditos eram devidos – férias e licença-prêmio não desfrutadas a seu tempo e acumuladas – e não havia norma específica que impusesse critérios aos pagamentos. Navarro, Gouvêa e Cotrim integravam a Comissão de Orçamento do TJ.

“Escapa à responsabilidade atos que respeitaram critérios fixados pela autoridade superior competente em que houve pedido formalizado e justificado do interessado e deferido, ainda que concisamente motivado”, destaca a manifestação,

subscrita pelo subprocurador-geral de Justiça Sérgio Turra Sobrane. “Demais atos que, não obstante informais e verbais, não se coletou prova irrefutável de discrepância aos critérios superiormente arbitrados.”

Sobrane considera que os pagamentos foram realizados “em obediência aos critérios, fixados por autoridade superior, para antecipação excepcional de pagamento de créditos que, sem balizamento legal ou regimental, movia-se no domínio da discricionariedade administrativa, sem que haja prova da desconformidade da atuação do colegiado, o que afasta juízo repreensível à conduta”.

Cerca de 200 magistrados receberam valores por motivos variados, em geral da própria saúde ou de pessoa da família do beneficiário. Depoimentos indicam que na gestão Bellocchi os pagamentos eram autorizados pelo Conselho Superior da Magistratura, após consulta à Comissão de Orçamento. “Eu nunca deferi ou indeferi sem a prévia concordância e manifestação da Comissão”, disse Bellocchi, quando o processo foi aberto.

Ivete Gonçalves que, na era Bellocchi respondia pela folha de pagamentos, narrou que “promovia os créditos através da Comissão de Orçamento que verificava a disponibilidade para cumprimento das decisões do presidente”. Na gestão Vianna as ordens eram emitidas “direta e verbalmente”. Em 2012 foi editada a Resolução 568, disciplinando o assunto. “Os critérios próprios de cada gestão estavam centralizados em costume administrativo no atendimento de situações emer-

genciais ou graves como aqueles envolvendo a saúde de magistrados, servidores ou seus dependentes, embora haja outras hipóteses como endividamento pessoal excessivo, execução de obras, etc”, diz a Procuradoria. “Jamais restou evidenciado pagamento de valores que não fossem efetivamente devidos.”

A Procuradoria concluiu que “não havia critério consagrado em despacho normativo ou ato regulamentar próprio, baseados na autonomia administrativo-financeira do TJ, que decerto forneceriam maiores graus de transparência”. “Os deferimentos não violaram norma administrativa vigente à época dos pagamentos.”

O criminalista Antonio Cláudio Mariz de Oliveira que, ao lado dos advogados Manuel Alceu Affonso Ferreira e Eduardo Carnelós, representa os desembargadores Navarro, Gouvêa e Cotrim, considera que “a manifestação (*de Sobrane*) está coberta de razões jurídicas baseadas nos fatos e nas provas que foram levadas aos autos”. “Nenhum ilícito administrativo foi praticado pelos desembargadores, na medida em que estavam respaldados pela efetiva existência dos respectivos créditos e numa prática usual pelo TJ consistente na antecipação de créditos em face da comprovação da sua necessidade por parte os magistrados. Não havia normas que regulavam essa matéria e os procedimentos seguiram uma prática corrente na Justiça de São Paulo.”

CONTINUA

17 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

• Contracheques turbinados

R\$ 1,44 mi

foi o valor recebido entre 2007 e 2010 em extras por Roberto Antonio Vallim Bellocchi, que foi presidente do TJ em 2008/2009

R\$ 1,26 mi

foi o valor extra recebido de 2006 a 2010 por Antonio Carlos Vianna Santos, que presidiu o TJ no ano de 2010

R\$ 713,2 mil

foi o valor extra recebido de 2008 a 2010 por Fábio Monteiro Gouvêa, ex-integrante da Comissão de Orçamento do TJ

R\$ 640,3 mil

foi o valor extra recebido de 2008 a 2010 por Alceu Penteado Navarro, ex-presidente do TRE e da Comissão de Orçamento do TJ

R\$ 631,6 mil

foi o valor extra recebido de 2008 a 2010 por Tarcísio Ferreira Vianna Cotrim, ex-integrante da Comissão de Orçamento do TJ

17 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Decisão inédita. É a 1ª vez que o Judiciário estipula número de vagas para SP. A gestão tem 60 dias para apresentar plano de ampliação e a sentença ainda estabelece prazo de 18 meses para cumprir 50% da meta, o que a Secretaria de Educação diz ser impossível

TJ manda a Prefeitura criar 150 mil vagas em creche e da pré-escola até 2016

O Tribunal de Justiça condenou a Prefeitura de São Paulo a criar até 2016, fim da gestão Fernando Haddad (PT), 150 mil vagas em educação infantil - 105 mil em creche de tempo integral (de 0 a 3 anos) e o restante em pré-escola (de 4 e 5 anos). Metade de todas essas vagas deve estar disponível em 18 meses - o que a Secretaria de Educação diz ser impossível de atender.

É a primeira vez que o Judiciário estipula um número de vagas para a Prefeitura criar em toda a cidade. A gestão tem 60 dias para apresentar um plano de como fará a ampliação. A Prefeitura ainda pode recorrer em instância superior, mas não informou se o fará.

O TJ obriga ainda o Município a prever os gastos com educação infantil no orçamento. Foi determinada a criação de um comitê de fiscalização do cronograma, composto pela coordenadoria de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça, Defensoria e Ministério Público. A decisão também estipula o respeito de critérios de qualidade, como limite de aluno por educador.

Não houve definição de sanção específica, mas relatório do desembargador Walter de Almeida Guilherme, aprovado por unanimidade, prevê que o juiz de 1.ª instância possa aplicar multas, caso as medidas não sejam atendidas. "Cabe ao Judiciário intervir quando não há atendimento ao que a Constituição assegura", disse o desembargador ao Estado.

O julgamento ocorreu depois de tentativa de conciliação promovida pelo TJ entre Prefeitura e um grupo interinstitucional, que envolve Ministério Público, Defensoria Pública e Ação Educativa, entre outros.

O defensor público Luiz Rasovski, que participa do grupo, comemorou a decisão. "Praticamente tudo o que tentamos fazer por acordo e tentativa extrajudicial e não foi acolhido."

A fila por creche na cidade é de 170.472 crianças, segundo dados de outubro, os mais recentes. Na pré-escola, faltam 14.701 vagas. A Prefeitura tem 213 mil matriculados em creches e 201 mil em pré-escolas.

Plano de Metas. A criação de 150 mil vagas até 2016 consta no Plano de Metas, mas a Prefeitura não queria se comprometer judicialmente com a meta. Na proposta de conciliação, apresentou a disposição de se comprometer com 43 mil vagas

Segundo a Secretaria Municipal de Educação, a decisão não pode ser entendida como uma "condenação", uma vez que já era o plano da Prefeitura a criação de 150 mil vagas. "Nós respeitamos a Justiça, mas o compromisso é com a população", disse o secretário Cesar Callegari. Ele informou que a criação de metade das vagas em 18 meses é inviável. "É impossível, por causa da morosidade da Justiça nas desapropriações. E não vamos precarizar o atendimento."

CONTINUA

17 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ANÁLISE: Peterson Rigato

Decisão é boa, mas deve ser monitorada com atenção

A decisão judicial sobre o acesso à educação infantil no Município de São Paulo transfere demandas individuais, que já eram reivindicadas em diversos processos, a uma esfera mais coletiva. Funciona como um instrumento de pressão sobre o poder público, mas o cumprimento desse direito constitucional às creches deve ser monitorado com cuidado.

A meta de 150 mil vagas até 2016 pode fazer com que o mapa de expansão se concretize além de meras promessas de governo. A expectativa é de que não surjam brechas que mudem a cobrança de resultados. O último Plano Nacional de Educa-

ção, por exemplo, previa 50% de atendimento entre crianças de 0 a 3 anos em 2010. Até hoje a taxa não passou dos 20%.

Por outro lado, é importante acompanhar o modo como as propostas serão desenvolvidas: não adianta aumentar vagas sem garantir qualidade. Qual caminho será seguido? Nos últimos anos, têm sido o das creches conveniadas. Embora parte dessas entidades ofereça bons serviços, o ideal é a rede direta – de administração da própria Prefeitura, ressaltando o papel do Estado em garantir o acesso à educação básica, como versa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O compromisso do Município deve revelar suas prioridades de investimentos e como será o processo de universalização, respeitando a diversidade e as diferenças das crianças.

É MESTRANDO EM EDUCAÇÃO NA UNICAMP

CRONOLOGIA

STF determinou matrículas

Dezembro de 2007 Acordo com o MP

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público, no qual se comprometia a abrir 16 mil vagas em creches da capital – o déficit era de 90 mil vagas.

No mesmo mês, uma sentença ainda obrigou as creches da zona leste a abrir nas férias.

Junho de 2011 Decisão pioneira

O Supremo Tribunal Federal manteve sentença do Tribunal de Justiça paulista e determinou que o Município de São Paulo matriculasse em creches e pré-escolas as crianças menores de 5 anos, sob pena de multa no caso de descumprimen-

to. A decisão criou jurisprudência sobre o assunto.

Setembro de 2013

Tentativa de negociação

Terminou sem acordo a audiência de conciliação entre a Prefeitura de São Paulo e as entidades que moveram processo para zerar o déficit de vagas na capital. Foi a primeira vez que o Judiciário marcou um encontro de conciliação sobre o tema.

Poeira contra os crimes

Há uma arrogância sem precedentes no gesto do condenado João Paulo Cunha (PT-SP), alicerce do mensalão, ao acusar o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, de fazer “justiça seletiva” e de “fazer justiça apenas quando lhe interessa”. A memória das pessoas é curta e por isso se torna importante lembrar que esse deputado federal fez mau uso do cargo que ocupava, envolveu-se até a raiz dos cabelos no avanço em dinheiro público e acabou condenado no processo do mensalão por corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro.

Poucos conhecem o significado desses crimes. Corrupção passiva vem a ser o ato de solicitar, receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida ou aceitar promessa de vantagem. Nesses casos, o julgador deve aferir a vontade livre e consciente do réu de praticar o ato (o dolo), previsto como crime no artigo 317 do Código Penal. Se a autoria e a materialidade estão presentes, não pode o juiz deixar de fixar a penalidade – e isso foi o que ocorreu no caso de João Paulo Cunha e outros condenados do mensalão.

Ao contrário do que ele diz em livro que pretende publicar, não houve “condenação contra as provas”, mas tão somente a conclusão jurídica, essencialmente jurídica, de que cometera os crimes de corrupção passiva, concussão e lavagem de dinheiro. No caso desse petista, como o julgamento, transmitido pelas televisões para todo o

O que o condenado João Paulo Cunha agora suscita, absolvendo a si próprio, é de estarrecer

País, ocorreu no ano passado, talvez nem todos se lembrem de ter ficado perfeitamente esclarecido, exemplarmente demonstrado, que ele não conseguiu demonstrar de forma convincente como determinadas importâncias em dinheiro suspeito haviam caído em sua conta bancária. Não conseguiu, também, demonstrar que estava fora do grupo que se divertiu pra valer com o dinheiro do mensalão (dinheiro nosso, sempre é bom lembrar).

O que agora suscita, absolvendo a si próprio, é de estarrecer. Ele alega que o brasileiro talvez mais admirado do presente (Joaquim Barbosa) cometeu o equívoco de “usar a justiça somente quando lhe interessa”, como se esse ministro do Supremo, indicado para o cargo pelo Partido dos Trabalhadores, alimentasse o propósito pessoal de condená-lo. Por esse julgamento, unicamente técnico, de alguém que tão somente cumpriu o dever de juiz, Joaquim Barbosa é agora acusado de “disputar a opinião pública” e “submeter seus atos ao julgamento popular”.

Percebe-se que o parlamentar, nesta antevéspera de ir para a cadeia e de ter o seu mandato cassado, parece pretender que plateias de políticos filiados ao Partido dos Trabalhadores, e não o Supremo Tribunal Federal, tivessem promovido o julgamento. Na ótica dessa agremiação partidária, seriam todos absolvidos, o julgamento teria sido justo e a farra com o nosso dinheiro continuaria até hoje (como parece continuar, aliás).

Sem nenhuma dúvida, fica a impressão de que o condenado se sente como de fosse o centro do universo, e não um criminoso cuja conduta já foi julgada e condenada. Além de corrupção passiva, crime cuja prática mancha qualquer carreira, ele foi igualmente condenado por peculato.

O que vem a ser isso? O crime de peculato é atribuído a funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

A pena de 2 a 12 anos, além de multa, é aplicável também quando, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a condição de funcionário. Ora, o petista João Paulo Cunha foi presidente da Câmara dos Deputados de 2003 a 2005, período do governo Lula em que ganhou forma o mensalão. Eram evidentes a sua influência e as facilidades para obter vantagens.

A disposição referente a peculato contida no artigo 312 do Código Penal, delineada pelo legislador da época (1940), pareceu destinar-se a punir hipóteses como a do mensalão. No caso, provadas a autoria e a materialidade dos dois delitos (corrupção passiva e peculato), nem o melhor advogado do planeta conseguiria livrar o acusado da condenação, fixada em 9 anos e 4 meses, significando que cumprirá pena em regime fechado. Isso talvez explique o poeirão que tenta levantar para encobrir o que de fato fez e que merece repulsa de todos os que são favoráveis ao prevailecimento da lei e do Direito.

17 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Um terceiro delito – lavagem de dinheiro – foi atribuído a João Paulo Cunha e reconhecido por seis dos 11 julgadores. Esse crime é típico do “colarinho branco”, ou seja, caracteriza-se quando dinheiro sujo, de má origem, passa por processo de limpeza graças a espertezas e expedientes ardilosos em que alguns criminosos são especialistas. Em razão de cinco dos juízes terem expressado pensamento pela não ocorrência desse crime, o acusado valeu-se da legislação do Supremo Tribunal que permite embargos infringentes, os quais estão em curso e por isso ficou suspenso o início do cumprimento da pena do deputado. Quando terminar esse julgamento, contudo, mantida ou não a condenação referente à lavagem de dinheiro, terá início o cumprimento da decisão judicial, com o encarceramento de João Paulo Cunha.

O sistema processual brasileiro está adstrito ao devido processo legal e essa é a razão pela qual os processos demoram para chegar ao desfecho. No caso em especial do mensalão e seus condenados, o devido processo legal, previsto pela Constituição federal, ganhou mais apropriadamente a feição de interminável processo legal, dada a evidência de sua eternização.



DESEMBARGADOR APOSENTADO
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE SÃO PAULO. E-MAIL:
ALOISIOPARANA@GMAIL.COM

17 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Julgamento de quatro policiais acusados de execução no Campo Limpo é anulado

A pedido da defesa, o juiz Fernando Oliveira Camargo anulou ontem o julgamento dos quatro policiais militares acusados de participar no dia 10 de novembro do ano passado da execução de Paulo Batista Nascimento, no Campo Limpo, zona sul de São Paulo. As imagens do crime foram gravadas e mostradas no *Fantástico*. Menos de um mês depois, sete pessoas foram assassinadas em chacina na mesma rua. Um novo júri, segundo acusação e defesa, deve ocorrer somente em agosto do ano que vem. Os réus vão aguardar presos no Romão Gomes. Antes da anulação, 4 testemunhas chegaram a serem ouvidas ontem, 2 delas estavam protegidas e o plenário precisou ser esvaziado.

TUTTY Salmão: o novo vilão do mensalão

A dieta rigorosa que pode livrar Roberto Jefferson da cadeia traz à tona uma controvérsia a mais na ação penal 470: quase tão polêmico quanto os mensaleiros, o salmão – base da alimentação prescrita ao ex-deputado convalescente – virou uma espécie de vilão da mesa no Brasil.

O peixe por aqui criado em cativeiro teria passado anos nos enganando ser rico em ômega 3, esse troço que ninguém sabe exatamente o que é, mas confia na sua fama de celebridade entre as ‘gorduras do bem’ para não morrer pela boca.

Afastado das profundezas frias dos oceanos e das águas doces dos rios desbravados para procriação, o salmão que consumimos teria, na verdade, elevada taxa de gordura total, batizada com antibióticos e corantes para ganhar aparência do original selvagem.

A impostura suscita controvérsias. Há estudos que consideram um exagero a condenação do salmão de cativeiro e até quem o nivela com a espécie natural alegando que o tal ômega 3 é como o mensalão: não existe. Será?

17 DEZ 2013

BEM PARANÁ

Procuradores

O governador Beto Richa e o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guilherme Luiz Gomes, confirmaram presença no jantar que a Associação dos Procuradores do Estado do Paraná (Apep) promoverá hoje, na sede da entidade, em Curitiba. O evento marcará o encerramento do congresso estadual da categoria e também das atividades de 2013. A Apep representa os 273 procuradores em atividade no Estado, além dos aposentados, e é presidida pela procuradora Eunice Fumagalli Martins Scheer.

17 DEZ 2013

BEMPARANÁ

Reviravolta em Cascavel

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) concedeu liminar que garante a permanência do prefeito de Cascavel, no oeste do Paraná, Edgar Bueno (PDT), no cargo até que o recurso seja julgado. A decisão foi tomada ontem à noite, após os advogados do chefe do executivo entrarem com uma medida cautelar. O prefeito Edgar Bueno e o vice, Maurício Theodoro (PDBD), foram cassados por fraude nas eleições de 2012. Na decisão da ação movida pelo candidato derrotado, o deputado estadual Professor Lemos (PT), e que corre em segredo de Justiça, consta que a chapa de Bueno fez propaganda caluniosa contra ele, alegando que o deputado estadual não mora mais em Cascavel e que, por isso, se fosse vitorioso, não poderia assumir o cargo na prefeitura.

EM BAIXA



O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) rejeitou recurso da **PREFEITURA DE PONTA GROSSA** que pedia a declaração de inexigibilidade do pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) aos servidores estatutários, aos celetistas com estabilidade e aos comissionados.

Ato de filiação de Eliana Calmon no PSB

Está marcado para esta quinta-feira às 10h o ato de filiação da ministra do Superior Tribunal de Justiça, Eliana Calmon, no PSB do governador Eduardo Campos. O evento acontecerá na Bahia – terra natal da ministra. O convite, assinado pelo PSB e pela Rede Sustentabilidade, já começou a ser distribuído. A ex-ministra Marina Silva estará presente, assim como, claro, o presidenciável Eduardo Campos. Nos bastidores comenta-se que Eliana Calmon vai disputar uma vaga no Senado Federal em 2014.

17 DEZ 2013

BEMPARANÁ

“Leviana e exagerada”, diz Michelotto sobre ação do Gaeco

Ex-chefe da Polícia Civil diz que operação que o prendeu foi motivada por queda de braço entre MP e Governo do Estado

Amanda Kasecker

Leviana e exagerada. Essa foi a definição do ex-delegado chefe da Polícia Civil, Marcus Vinicius Michelotto, sobre a operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público (Gaeco) desencadeada na última semana para combater os jogos de azar, que o envolveu. Preso na última terça-feira suspeito de ter envolvimento com cassinos em Curitiba e solto no final de semana, o delegado contestou as acusações e disse que a ação não passou de mais um capítulo da queda de braço entre o Governo do Estado e o Ministério Público.

“A minha defesa é para os 20 anos de história e de trabalho que exerci na Polícia Civil. Também não posso deixar de citar as palavras do próprio promotor Leonir Batisti, que meses atrás disse publicamente que eu estava fora de qualquer denúncia ou investigação. Então Batisti mentiu para a sociedade ou, como tenho certeza, disse a verdade? Por que desengavetaram procedimentos absurdos?”, questionou o delegado.

A queda de braço a que Michelotto se refere já acontece há alguns meses. O go-

“Tentaram me usar e jogaram meu nome na lama, mas não conseguiram provar nada contra mim”

do ex-delegado chefe da Polícia Civil, Marcus Vinicius Michelotto

TRABALHO

Retorno

Michelotto afirma que volta ainda nesta semana ao trabalho. Ele ocupa atualmente o cargo de chefe da Divisão de Polícia Especializada. Sobre o processo, ele afirma que irá se defender e depois estuda entrar com uma ação contra a operação do Ministério Público.

verno estadual, através do secretário da Segurança Pública (Sesp), Cid Vasquez; ameaçou fazer um rodízio com os policiais cedidos ao Ministério Público. Como resposta, o Gaeco protocolou pedido no Conselho Superior do Ministério Público para que seja revogada a licença que permite ao procurador Cid Vasques ocupar o cargo de secretário de Estado. Toda a crise ocorreu ainda durante a repercussão da Operação Vortex, comandada pelo Gaeco e que levou à prisão policiais civis supostamente envolvidos em corrupção na venda de peças de carros roubados.

Como a operação desencadeada pelo Gaeco na semana passada corre em segredo de Justiça, o órgão não concedeu mais dados sobre a ação ou a motivação das prisões. Mas falando para a imprensa, o órgão voltou a dizer que a prisão do ex-delegado chefe da Polícia Civil tenha motivos políticos.

17 DEZ 2013

BEMPARANÁ

KARLOS
KOHLEBACH

A guerra das coletivas

O ex-delegado-geral da Polícia Civil do Paraná, Marcos Michelotto, e os promotores do Gaeco (Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado) convocaram ontem, separadamente, uma coletiva de imprensa. Os dois lados comentaram a operação policial de combate ao jogo ilegal que resultou na prisão de Michelotto. Sem muitas surpresas. O ex-delegado-geral creditou a prisão dele à guerra, já pública, entre o Gaeco e a Secretaria de Segurança - com foco no secretário Cid Vasquez. Os promotores, no entanto, afirmaram que uma coisa não tem nada a ver com a outra. Disseram que a operação se baseou em fatos. Duas declarações, no entanto, chamaram a atenção nas obviedades das duas coletivas de imprensa. Michelotto afirmou que ele não está envolvido com quaisquer irregularidades e lançou um desafio: "se o Gaeco tiver alguma prova concreta contra minha pessoa eu quero ser algemado e colocado atrás das grades sem nenhuma regalia". Já o promotor André Glitz afirmou que se não houvesse indícios de participação do ex-delegado-geral a Justiça não teria concedido o mandado de prisão e nem rejeitado o pedido de soltura, feito pelo advogado de Michelotto.

Enquanto isso na sala da SESP

No epicentro desta queda de braço entre Gaeco e secretaria de Segurança, está o secretário Cid Vasquez, que é procurador de Justiça do Ministério Público e está licenciado do cargo para ocupar o posto no Poder Executivo. Hoje o Conselho do MP vai analisar o requerimento que prorroga a licença de Vasquez para atuar como secretário. A briga começou depois que Vasquez defendeu um rodízio dos policiais que são cedidos ao Gaeco. O governador Beto Richa (PSDB) já disse que espera contar com o secretário no governo. Fato é, que a prisão de Michelotto causou um grande mal estar na relação entre Executivo e MP. E essa briga pode não terminar bem.

17 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Toma posse o novo desembargador Gilberto Ferreira

Em solenidade realizada na última sexta-feira (13/12), no Pleno do Tribunal de Justiça, tomou posse o novo desembargador da Corte paranaense, Gilberto Ferreira. Ele assume vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Antonio Martelozzo.

A posse, que foi conduzida pelo presidente da Corte, desembargador Guilherme Luiz Gomes, contou com a presença de autoridades, desembargadores, magistrados, familiares e amigos do empossado.

O discurso de boas-vindas foi feito pelo Conselheiro Federal, Manoel Caetano Ferreira Filho, que na ocasião estava representando a OAB Seção Paraná. Manoel Caetano apresentou o currículo do desembargador e falou de sua trajetória até chegar à Corte do TJPR, enaltecendo suas qualidades como magistrado, amigo e pai de família.

Por sua vez, o novo desembargador agradeceu e homenageou a todos as pessoas que de alguma forma conviveram com ele, além de descrever, com maestria, a sua vida em forma de trovas, desde a sua infância no interior do Paraná, passando pela Casa do Estudante Universitário, pelas comarcas onde julgou, pela vida em família, até os dias de hoje na magistratura.

17 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**Aroldo
Murá**

VIATURAS

O governador Beto Richa vai entregar, amanhã de manhã 34 viaturas para modernizar a estrutura da Polícia Rodoviária Estadual - órgão de indiscutível importância por seu papel.

Note-se: o dinheiro usado na aquisição dos carros corresponde a uma parte da arrecadação das concessionárias de rodovias com as tarifas de pedágio.

A destinação da verba está prevista nos contratos assinados entre o governo e as seis concessionárias autorizadas por ele a administrar o Anel de Integração.

PROCURADORES

Além de entregar as viaturas à PRE, o governador Beto Richa participa de outro evento importante também nessa terça: o jantar de confraternização da Associação dos Procuradores do Estado do Paraná (Apep). Será às 20h, na sede da entidade, marcando o encerramento do ano considerado histórico para os procuradores devido à fixação de subsídios para a carreira. Também estarão presentes o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Guilherme Luiz Gomes, e o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Valdir Rossoni.

17 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Última sessão ordinária acontece nesta terça-feira

Será realizada hoje, a 181ª Sessão Ordinária,
com 130 itens na pauta para julgamento

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza, hoje (17/12), sua 181ª Sessão Ordinária – a última de 2013. Na pauta, estão previstos 130 itens para julgamento. Um dos destaques é a proposta de ato normativo que visa à aprovação da resolução que regulamentará o Processo Judicial Eletrônico no Brasil. Os conselheiros reúnem-se a partir das 9 horas, no Plenário do órgão, em Brasília/DF.

Na pauta, constam também Processos Administrativos Disciplinares e Reclamações para apurar supostas irregularidades cometidas por magistrados. Estão previstos também diversos procedimentos contra concursos públicos realizados pelos tribunais para prover cartórios extrajudiciais.

17 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Admitida possibilidade de bloqueio de bens de senador que responde por improbidade administrativa

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou recurso do senador Cícero Lucena e admitiu a hipótese de que seus bens sejam colocados em indisponibilidade, como consequência de ação de improbidade administrativa a que ele responde por fatos relacionados à sua gestão como prefeito de João Pessoa.

A decretação da indisponibilidade de bens, porém, ainda será analisada pelo juiz de primeira instância que preside a ação de improbidade.

Segundo o ministro Humberto Martins, relator do re-

curso, a jurisprudência do STJ se firmou no sentido de que, para decretação da indisponibilidade, basta que haja verossimilhança na alegação de existência de ato ímprobo, causador de prejuízo ao erário, e não é necessário haver provas de que os acusados estejam se desfazendo ou na iminência de se desfazer do patrimônio.

Os atos de improbidade administrativa imputados ao senador Cícero Lucena pelo Ministério Público Federal (MPF) estão relacionados às provas colhidas na Operação Confraria.

17 DEZ 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Mudança no Funrejus

Os deputados aprovaram na sessão plenária de ontem da Assembleia o projeto de iniciativa do Tribunal de Justiça, que trata do Funrejus. Submetido ao regime de Comissão Geral de Plenário, o projeto foi votado na sessão ordinária e em duas sessões extraordinárias, na forma de substitutivo geral, devendo ainda retornar à pauta em redação final, possivelmente na sessão de quarta-feira (18).

17 DEZ 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Michelotto acusa Gaeco de guerra política

Ex-delegado-geral desafia e apresentarem provas

O ex-delegado-geral da Polícia do Paraná, Marcus Michelotto, disse nesta segunda-feira que a não renovação de sua prisão temporária mostra que as provas contra ele são inexistentes. “O MP quer atacar o Governo do Estado e manchar a minha imagem com essa operação. É preciso tirar esses promotores para que não haja ódio como motivação na investigação”, disse.

O MP ainda acusou Michelotto de ter demorado 45 minutos para abrir a porta durante o cumprimento do mandato, por isso teriam entrado no local, e foi ironizado pelo ex-delegado-geral. “Eu preciso do telefone desse chaveiro em que eles abriram a minha porta, porque 6h da manhã e ele chega tão rápido assim. Isso não condiz com a verdade e essas provas são



Reprodução

Michelotto deu várias entrevistas ao sair da prisão

tão absurdas que o juiz me liberou imediatamente.”

O Gaeco afirmou na tarde de ontem que o ex-delegado-geral preso à toa e que as provas existem sim, mas estariam sob sigilo de justiça. De acordo com o

promotor Denílson Soares de Almeida, a investigação que culminou na prisão de Michelotto começou em fevereiro do ano passado e não possui nenhuma relação com outras situações envolvendo os dois órgãos.

17 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Em um único dia, AL vota 57 projetos

Curitiba - Os deputados paranaenses votaram ontem 57 projetos de lei, sendo 16 de autoria do Poder Executivo e quatro do Judiciário. Além da sessão ordinária, houve duas extraordinárias. Com isso, os trabalhos na Assembleia Legislativa (AL), que costumam encerrar por volta de 17 horas, se estenderam até as 20 horas. Entre as propostas aprovadas estão a 638/2012, que trata do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus), e a 670/2013, reestruturando o quadro de servidores do Judiciário. O primeiro PL mantém as taxas em 0,2%, mas aumenta o teto relativo ao pagamento de R\$ 817,90 para R\$ 1.822,88.

Já a primeira discussão do 609/2012, aumentando as custas cobradas pelos cartórios em 11,45%, foi adiada para hoje, devido a um pedido do líder do PSDB, Francisco Bühner. De acordo com o ele, ainda há divergências na base de apoio ao governo quanto ao conteúdo. Caso o reajuste não seja aprovado até o fim da semana pela AL, só terá validade a partir de 2015.

Passou pelo plenário ainda os seguintes projetos do governo, todos em comissão geral: 694/2013, transformando em autarquia a Ambiental Paraná Florestas S.A.; 696/2013, autorizando o Estado a reduzir o passivo do Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep), em liquidação; 720/2013, que altera o regime da Agência de Fomento do Paraná S/A; e

693/2013, sobre o Programa de Parcerias Público-Privadas. Os dois últimos projetos receberam emendas.

Por outro lado, três mensagens do Executivo foram retiradas de pauta. Enquanto a 22/2013 e a 726/2013, relacionadas às fundações estatais, serão discutidas somente no ano que vem, a 721/2013, dispendo sobre proteção e gestão de mananciais superficiais de abastecimento público, volta a plenário hoje. Segundo o presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), as sessões no restante da semana também devem ser longas. "Os deputados têm conhecimento que a pauta é extensa e nós vamos trabalhar até o último horário. Ganhamos bem para isso" disse. (M.F.R.)

17 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

'STF está extrapolando sobre doação de empresas'

Na esteira de julgamento sobre financiamento privado de campanhas, presidente da Câmara promete analisar em abril uma proposta de reforma política

Brasília - O presidente da Câmara Federal, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), afirmou ontem que "sem dúvidas" o Supremo Tribunal Federal (STF) está extrapolando suas atribuições e tomando o lugar do Congresso ao definir sobre a legalidade de doações de empresas para campanhas eleitorais. Henrique Alves disse que discute com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e líderes partidários uma reação do Congresso. Na semana passada, 4 dos 11 ministros do Supremo consideraram que as doações de empresas - principais financiadoras de candidatos - são inconstitucionais e devem ser proibidas. O julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Teori Zavascki, o que pode adiar a conclusão do processo para 2014. "Vamos discutir com Renan e líderes sobre procedimentos, mas vamos aguardar uma decisão do Supremo já que houve o pedido de vista", afirmou o presidente da Câmara.

Questionado se o Supremo, neste caso, está extrapolando e ocupando espaço do Congresso, ele concordou. "Sem dúvidas", disparou. Segundo o peemedebista, em abril, a Câmara deve analisar uma proposta de reforma política, que trata, entre outros, do tema das doações. Apesar da crítica, o presidente da Câmara disse apostar num entendimento entre os Poderes. "Como o diálogo entre os Poderes é essencial à democracia tenho certeza que prerrogativas constitucionais serão respeitadas", completou.

De acordo com ministros ouvidos pela Folha de S.Paulo, a expectativa é que, na retomada do julgamento, prevaleça a posição de que empresas não podem bancar as campanhas. Deputados e senadores já discutem uma resposta ao tribunal. Uma das medidas estudadas seria aprovar uma emenda à Constituição definindo regras específicas para as doações - porque consideram que haverá um vácuo caso o STF acate a ação.

Doações

Os deputados e senadores ainda não definiram os termos da emenda, uma vez que o tema financiamento de campanha divide os partidos. Mas a alternativa que ganha força no Congresso é liberar as doações de empresas exclusivamente aos partidos - e não mais aos candidatos, como a lei permite. A ideia é capitaneada por líderes do PMDB, maior partido da Câmara e do Senado.

Mas a tese de doações direcionadas apenas para as legendas não tem respaldo de ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nem do Ministério Público Eleitoral. Esse tipo de financiamento é conhecido como "doação oculta", já que praticamente inviabiliza a ligação direta entre o doador e o político beneficiado. Segundo congressistas, a medida é boa porque impede que um parlamentar seja "carimbado" como representante de um determinado segmento, como bancada da bala, financiada por empresas de armamentos, ou bancada da saúde, ligada a laboratórios farmacêuticos.

CONTÍNUA

17 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Financiamento

O PT, partido da presidente Dilma Rousseff, defende o modelo de financiamento público exclusivo para as campanhas - tema que não tem consenso no Legislativo. Os petistas consideram que, se o STF acatar a ação, abre-se caminho para que esse modelo seja adotado no País. No Planalto, há posições diferentes sobre qual seria o melhor encaminhamento sobre o tema pelo Supremo. Para um grupo, o veto ao patrocínio empresarial na eleição é positivo para Dilma. Primeiro porque dá uma resposta às ruas após os protestos de junho. Segundo porque beneficia candidatos no poder e mais conhecidos. Outra ala do governo prefere que o Congresso delibere sobre o assunto, vendo a proibição do STF como retrocesso, na legislação eleitoral.